
O advento da República e a “desmonarquização” na capital catarinense (1889-1898)Luiz Felipe Florentino¹

Resumo: Neste artigo buscamos analisar o processo de “desmonarquização” que a capital catarinense sofreu entre os anos de 1889 e 1898. Sendo assim, iremos nos ater às estratégias sugeridas e postas em prática pela elite republicana local, que assumiu o poder com o advento da República, com a finalidade de atribuir legitimidade ao local social e de mando recentemente alçados. Acreditamos ainda que o fato de a capital catarinense ter sido palco da Revolução Federalista foi um fator decisivo para as políticas de “desmonarquização”, que perduraram por quase uma década.

Palavras-chave: Capital catarinense; Desmonarquização; Elite Local; Monarquia; República.

Abstract: In this article we seek to analyze the “demonarchization” process in the capital of Santa Catarina between the years of 1889 and 1898. Thus, we will study the strategies suggested and put into practice by the local republican elite, who took power with the advent of the Republic, with the purpose of attributing legitimacy to the recently elevated social and command place that they now occupied. We believe that the fact that the capital of Santa Catarina was the scene of the Federalist Revolution was a decisive factor for the policies of dismantling which lasted for almost a decade.

Keywords: Capital of Santa Catarina; demonarchization; Local elite; Monarchy; Republic.

Introdução

Neste artigo pretendemos analisar como a capital catarinense serviu enquanto uma espécie de campo de disputa da memória nacional, entre os anos de 1889 e 1898, disputas essas que giraram em torno da transição da Monarquia para a República. Para tanto, pretendemos analisar as alterações e transformações que a cidade sofre neste período, desde o advento da República até o que poderíamos interpretar como sendo sua consolidação.

Esse projeto foi posto em prática pelos governantes republicanos não apenas em Santa Catarina, mas em todo o Brasil, em algumas regiões com maior ou menor ênfase e adesão. É partindo deste contexto plural que pretendemos analisar os pormenores deste processo de “desmonarquização” ocorrido na capital catarinense.

Sendo assim, nossa pesquisa terá como enfoque as estratégias elaboradas e postas em prática pela elite republicana catarinense que chegou ao poder nesse período, como a renomeação de ruas, teatro, praça principal, a exuberante reforma do Palácio sede do governo do Estado, bem como o próprio nome da capital. Estratégias que acreditamos ter por objetivo

¹ Graduando do Curso de Bacharelado e Licenciatura em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do CNPq.



não apenas uma reafirmação da lealdade destas elites locais para com o governo central, mas também a tentativa de incutir na população comum a aceitação do novo regime.

Podemos ainda destacar a sagacidade empregada na forma de propagação da propaganda republicana, que se baseava na difusão de imagens e novas nomenclaturas, com o intuito de delegar legitimidade ao poder recém-conquistado e que estava sendo exercido, ao passo que removía incansavelmente da paisagem pública qualquer resquício ou referência a Monarquia.

Novo regime e novos símbolos

Quando da Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 no Rio de Janeiro, inaugura-se um novo regime político. O historiador José Murilo de Carvalho atenta para a necessidade deste regime emergente de logo nos seus primeiros dias voltar-se para a construção de uma versão oficial². Para exemplificar, Carvalho utiliza-se do exemplo de Camille Bondel, encarregado de negócios da França no Rio de Janeiro neste período. Carvalho afirma, “Tentava-se, segundo Blondeu, ampliar ao máximo o papel dos autores principais e reduzir ao mínimo a parte do acaso nos acontecimentos”³. E ainda:

O encarregado percebera um fenômeno comum aos grandes eventos: a batalha pela construção de uma versão oficial dos fatos, a luta pelo estabelecimento do mito de origem. No caso da República, a batalha era tão importante, se não mais que a própria proclamação, um evento inesperado, rápido, incruento⁴.

Assim, a este novo regime convinha a criação de novos símbolos que lhe conferisse credibilidade. Estes símbolos, além de se referirem a regimes republicanos anteriores, como o francês, por exemplo, foram construídos com base no questionamento e na oposição aos símbolos da Monarquia que acabara de ruir. Sobre este processo de busca de novos símbolos, as historiadoras Lilia Moritz Schwarcz e Heloísa Maria Murgel Starling, salientam:

Enquanto isso, no Brasil, para provar que a República vinha para ficar, alteravam-se rapidamente nomes e símbolos, na tentativa de dar mais concretude à mudança efetiva de regime. O largo do Paço passou a se chamar de 15 de Novembro, a Estrada de Ferro Pedro II, Central do Brasil, o

2 CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 35.

3 CARVALHO, idem.

4 CARVALHO, idem.



Colégio Pedro II, Colégio Nacional; o vistoso conjunto de residências denominado Vila Ouro Preto foi batizado de Vila Rui Barbosa. Os motivos impressos na papel-moeda circulante também foram alterados, e rapidamente saiu d. Pedro II e a monarquia, entraram as imagens da nova República dos Estados Unidos do Brasil. A voga chegou aos nomes próprios, que começaram a se inspirar nos modelos republicanos norte-americanos - Jefferson, Franklin, Washington. Até mesmo o termo “corte” foi trocado, por decreto, por “capital federal”⁵.

A busca por novos símbolos para o novo regime incluiu compreensivelmente ataques desvelados aos símbolos monárquicos, em larga escala na capital federal. Dessa forma, surgiu a ideia deste estudo: a de avaliar como se desenvolveu este processo de “desmonarquização” não na então capital brasileira da época, mas na capital catarinense, uma capital periférica, com o intuito de melhor compreender este processo em locais que eram de certa forma tidos como aliados de poder de decisão, no que tange a esfera nacional.

O processo de “desmonarquização” em Santa Catarina

As notícias da proclamação da República no Rio de Janeiro chegaram a então Província de Santa Catharina ainda no dia 15 de novembro, mas de maneira não convencional ou esperada. Esta informação chegou à capital catarinense através de um brevíssimo telegrama, em inglês, destinado à firma Hoepke, assinado por um sujeito chamado Scharf, cujo conteúdo, que seria responsável por grande polêmica, era o seguinte: “*No government - no change*”, ou seja, “Sem governo - sem câmbio”⁶. O telegrama, cujo objetivo principal não era o de informar o golpe desferido contra o gabinete de Ouro Preto ou a Monarquia, mas sim o de que o mercado cambial não funcionaria devido ao fato de não haver um governo estabelecido, acabou por sacudir a rotina, sobretudo das lideranças locais.

Ainda no dia 15 de novembro, no início da tarde, este telegrama era motivo de debates na Assembleia Provincial. Contudo, foi o coronel João Batista do Rêgo Cavalcante de Albuquerque, comandante do 25º B. I. de Desterro, quem recebeu um telegrama de Quintino Bocaiúva, lhe deixando a par da situação ao mesmo tempo que lhe recomendava prudência⁷. A partir daí foi organizada uma Junta, com a finalidade de assumir a administração do governo provincial até maiores ordens, destituindo então o presidente da província, o liberal Oliveira

5 STARLING, Heloísa Murgel e SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 318

6 MEIRINHO, Jali. *República e Oligarquias: subsídios para a história catarinense: 1889-1930*. Florianópolis: Insular, 1997, p. 50

7 NECKEL, Roselane. *A República em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003, p. 9.



Belo. Constituíram a Junta o farmacêutico e presidente do Clube Republicano Raulino Júlio Adolfo Horn, o médico militar e chefe do Partido Conservador Alexandre Marcelino Bayma e o comandante Cavalcante de Albuquerque, do 25º B. I em sua chefia⁸.

Assim, no dia 17 de novembro, a Junta se dirige ao Palácio do Governo, no coração da cidade, para tomar posse do governo. Nas palavras do historiador Jali Meirinho, “[...] a Junta, acompanhada de um grupo de republicanos, compareceu ao Palácio, tendo o coronel Rego Barros intimado o presidente Oliveira Belo a lhe entregar o poder [...]”⁹. É a partir deste momento que acreditamos que se tenha dado início ao processo de “desmonarquização” da capital catarinense, que se arrastou por quase uma década e foi encabeçado por diferentes lideranças republicanas.

Em frente ao Palácio concentraram-se oficiais, a banda do 25º B. I. e grande número de populares. Do prédio, sede do governo, foi arriada a bandeira imperial e hasteada a do Clube Republicano. As armas do Império, fixadas no frontispício do Palácio, foram destruídas com uma alavanca¹⁰.

Quanto a este episódio, a historiadora Roselane Neckel reitera:

Já na solenidade ocorrida em 17 de novembro de 1889, quando o presidente provincial foi destituído e a Junta Governativa empossada, a bandeira imperial foi arriada e a do Clube Republicano, hasteada. Há registros de que as armas do Império fixadas no frontispício do Palácio do Governo foram arrancadas com uma alavanca e de que antes mesmo da Proclamação o Clube Republicano já discutia com seus associados como seriam a bandeira e o hino do novo regime¹¹.

Este fato específico, ocorrido no calor dos acontecimentos, foi marcado sobretudo pelo clima de revanchismo. Para além do antagonismo entre o antigo sistema de governo e o emergente, também está presente a indisposição entre o Partido Liberal e o Partido Conservador. Podemos destacar a escolha estratégica de Alexandre Marcelino Bayma para compor a Junta, por ser chefe do Partido Conservador, partido que exercia a oposição até o momento do golpe, e que viu neste momento de enorme agitação política a oportunidade de retorno ao poder.

Além disso, os objetos de ataque que foram elencados nos são muito reveladores: bandeira e brasão de armas, ou seja, símbolos oficiais. A inserção do debate sobre um novo

8 Meirinho, Jali. op. cit., p. 52 / CABRAL, Oswaldo Rodrigues, *A história política de Santa Catarina durante o Império*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004, p.1688-1689.

9 MEIRINHO, idem.

10 MEIRINHO, idem.

11 NECKEL, Ibidem, p. 19.



hino na pauta do dia segue este raciocínio de questionamento dos símbolos do regime político anterior e inaugura um processo de “desmonarquização” na capital catarinense, que viria a se prolongar por quase uma década, surgindo e emergindo de acordo com diferentes necessidades.

O questionamento da validade dos símbolos do antigo regime político contribuiu para a criação de novos. É neste o contexto que surge o Hino do Estado, cuja primeira execução data de 4 de fevereiro de 1890¹² realizada:

Na residência do maestro José Brasílico de Souza, perante um auditório pequeno e selecionado, presente o Governador do Estado, Dr. Lauro Müller, amigo de José Brasílico; seu secretário, Dr. José Artur Boiteux; outras pessoas mais, e a imprensa, para a audição da nova composição do maestro José Brasílico, com poesia do seu colega e amigo, professor Horácio Nunes Pires, “motivo daquela curta, mas festiva tertúlia”¹³.

A composição do Hino do Estado de Santa Catarina pode ser enquadrada como parte deste processo de “desmonarquização”, pois em suas últimas estrofes, além de um ataque direto à monarquia, que em suas palavras supostamente havia sido esmagada, há ainda a tentativa explícita de vincular as glórias da abolição da escravidão ao novo regime: “O povo que é grande, mas não vingativo/ Que nunca a justiça e o Direito calcou,/ Com flores e festas deu vida ao **cativo**,/ Com festas e flores **o trono esmagou**”¹⁴. E ainda: “**Quebrou-se a algema do escravo**/ E nessa grande Nação/ É cada homem um bravo/ Cada bravo um **cidadão**”¹⁵.

Acreditamos que após o evento de destituição do presidente de província Oliveira Belo, ocorrido ainda no calor da Proclamação e a criação de novos símbolos do Estado que ressaltavam o seu republicanismo, o projeto de “desmonarquização” volta a ser não debatido, mas posto em prática apenas em 14 de novembro de 1890. Cabe ressaltar que neste momento Santa Catarina, assim como os demais Estados, já havia sofrido uma série de transformações administrativas inerentes do novo regime. Já não era província, mas o Estado de Santa Catarina e governado desde 1889 pelo catarinense Lauro Severiano Müller, que assumiu o posto de governador do Estado por indicação de Deodoro.

12 GOMES, M. Do palácio rosado ao palácio Cruz e Souza. (Quando, como, por quê). IOESC. Florianópolis. 1979, p. 61.

13 GOMES, Ibidem, p. 61-62

14 Hino do Estado de Santa Catarina, (grifos nossos).

15 Hino do Estado de Santa Catarina, (grifos nossos).



A 30 de novembro, *A República* já cita Lauro Severiano Müller como primeiro Governador do Estado de Santa Catarina. Nomeado a 24 de novembro por Deodoro, Lauro Müller era do Corpo de Engenheiros do Exército e tinha apenas 26 anos quando assumiu o Governo, em e de dezembro¹⁶.

A partir disso podemos destacar a emergência de novos personagens no cenário político, que sendo republicanos convictos ou monarquistas readaptados, buscavam permanecer visíveis e se legitimar nesta esfera de poder. Esta legitimação poderia se dar sobretudo pela exaltação da República enquanto regime. Neckel destaca: “Ao mesmo tempo que se legitimava a República como sistema de governo também novos sujeitos políticos firmavam sua presença no quadro político”¹⁷. E ainda: “A definição dos rumos da República colocaram em jogo neste momento o estabelecimento das diferenças entre o novo e o antigo regime”¹⁸.

Imbuídos e levados por esta linha de pensamento que os representantes da Câmara Municipal de Desterro se empenharam em levar este processo de “desmonarquização” em frente, como salienta o historiador Carlos da Costa Pereira, e assim debateram e aprovaram a seguinte pauta:

Empenhada em desmonarquizar a capital do Estado e dar mais uma prova de seu republicanismo, a Câmara Municipal de Desterro, sessão de 14 de dezembro, resolveu mudar os nomes de diversas ruas e uma praça, passando a denominar-se Praça 15 de novembro, a Praça Barão de Laguna; Rua do Comércio, a Rua do Príncipe; Rua da república, a Rua do Senado; Rua Marechal Deodoro, a Rua do Ouvidor; Rua Marechal Gama d’Eça, a Rua Barão de Batovi; Rua Almirante Alvim, a Rua Barão de Iguatemi; Rua Almirante Lamego, a Rua Princesa Isabel; Rua Esteves Júnior, a Rua do Príncipe do Grão-Pará¹⁹.

Em nota, sobre as informações contidas acima, Pereira ainda destaca: “Como se vê, nada havia contra a pessoa; apenas, dado o estabelecimento do regime republicano, uma implicância com o título nobiliárquico”²⁰. A continuidade deste projeto na Câmara é posta em prática com a renomeação do principal teatro da capital catarinense. Neckel por sua vez ainda ressalta: “Em 1892, o Teatro Santa Isabel teve seu nome modificado para Álvaro de Carvalho,

16 CABRAL, *Ibidem*, p.1690.

17 NECKEL, *Idem*.

18 NECKEL, *Idem*.

19 PEREIRA, Carlos da C. *A Revolução Federalista em Santa Catarina*. Florianópolis, Ed. do Governo do Estado de Santa Catarina, 1976, p. 41-42.

20 PEREIRA, *Ibidem*, p. 121.



em homenagem a este oficial da Marinha que lutou na Guerra do Paraguai. Cada um dos homenageados ajudava a fundamentar a legitimidade dos atores e rumos republicanos”²¹.

A princípio estas investidas energéticas por parte da Câmara Municipal de Desterro contra os símbolos da Monarquia, ainda presentes na capital catarinense, seriam o suficiente, não fosse o advento dos conflitos que sacudiram o Sul do Brasil neste momento — cujo estopim foi a postura autoritária do presidente Floriano Peixoto — e que ficaram conhecidos por Revolução Federalista. Mas debruçar-se sobre a Revolução Federalista como um todo não é o objetivo deste estudo. Iremos nos ater à turbulência inerente deste processo que resultou em instabilidade política, típica de momentos de conflituosos e a retomada da estabilidade.

Em 1894, finda definitivamente a Revolução em Santa Catarina, que indispôs Federalistas e Republicanos, quando em “17 de abril a esquadra legalista entra no porto, ocupando a cidade, um contingente de 100 alunos da Escola de Guerra”²². Com a retomada do que se convencionou chamar de legalidade, Hercílio Pedro da Luz, engenheiro civil e político catarinense nascido em Blumenau, que participara ativamente na Revolução contra os Federalistas, irrompe definitivamente no cenário político estadual. Sobre o papel que Hercílio Luz desempenhou ainda durante a Revolução Federalista, o historiador Walter Fernando Piazza salienta:

Em Santa Catarina houve uma série de conflitos entre os republicanos que apoiavam Floriano Peixoto e os federalistas. Os florianistas tinham a frente Hercílio Luz, cuja liderança fez com que em julho de 1893, a Câmara Municipal de Blumenau o proclamasse Governador e decretasse a cidade como capital provisória do Estado²³.

Assim, é compreensível que “Em setembro de 1894, instalava-se o Congresso Representativo e, a 28 do mesmo mês, assumia a administração de Santa Catarina o Governador eleito, Dr. Hercílio Pedro da Luz”²⁴.

Não apenas Hercílio encontra lugar para o exercício do poder de mando junto ao governo, mas toda uma elite local que o apoiou se beneficiou com o redesenhar deste mapa de poder político:

A 8 de setembro foram realizadas eleições para Governador e vice, sendo que no dia seguinte foram eleitos os candidatos para o Senado, Câmara

21 NECKEL, *Ibidem*, p. 21.

22 PAULI, Evaldo. *Hercílio Luz Governador Inconfundível*. Florianópolis: Editora do Governo do Estado de Santa Catarina, 1976, p. 18.

23 PIAZZA, Walter Fernando. *Santa Catarina: história da gente*. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1983, p. 104.

24 PEREIRA, *Ibidem*, p. 113.



Federal e Assembléia Legislativa estadual. **Tendo sido extinto o Partido Federalista, os republicanos correram sem oposição**, sendo eleito Hercílio Luz e Polydoro Olavo S. Thiago para o poder Executivo, além de Gustavo Richard, para o Senado; Lauro Müller, Manoel Victorino de Paula Ramos, Emílio Blum e Francisco Tolentino Vieira de Souza, para a Câmara Federal. A Assembléia Legislativa passou a ser constituída, novamente, por Deputados republicanos, que elaboraram a nova Constituição²⁵.

É durante o governo de Hercílio Luz que a “desmonarquização” volta a ser debatida e executada, numa tentativa desenfreada de atribuir legitimidade a seu próprio governo, evocando a República e destacando o republicanismo como garantidores do *status quo*. Prova disso foi a instituição legal do Brasão de Armas do Estado: “O Brasão de Armas do Estado de Santa Catarina foi projetado por Henrique Boiteux, então deputado ao Congresso do Estado e a bandeira teve origem num desenho feito pelo seu irmão, o Dr. José Artur Boiteux [...]”²⁶.

Além disso, o Hino do Estado enquanto pauta também foi retomado em seu governo, “a 6 de setembro de 1895, o Governador Hercílio Luz sancionou a Lei Nº 144, que, com a característica definitiva de oficialização, adotou, ‘como Hino do Estado de Santa Catarina, aprovado pelo Decreto Nº 132, de 21 de abril de 1892’”²⁷, Lucas Alexandre Boiteux, irmão dos idealizadores do Brasão de Armas e da Bandeira Estadual, faz questão de salientar este episódio já em 1912, com a publicação do seu *Historia Catharinense*: “Foram creadas as Armas e a Bandeira do Estado, e adoptado o Hymno, pela lei 144 de 6 de Setembro de 1895”²⁸.

Outra medida tomada na forma de lei durante o governo de Hercílio e encabeçada pelo próprio Governador foi a modificação do nome da capital, ainda em 1894, poucos dias depois de assumir o governo:

Lei n. 111, de 1º de outubro de 1894.
Muda a denominação da capital de Desterro para Florianópolis.
O Engenheiro Civil Hercílio Pedro da Luz, Governador do Estado de Santa Catarina
Faço saber a todos os habitantes deste Estado que o Congresso Representativo decretou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º - A atual Capital do Estado fica, desde já, denominada Florianópolis.
Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução deste Decreto pertencer, que o cumpram e façam cumprí-lo fielmente.
O Secretário do Governo do Estado o mande imprimir e correr.

25 CORRÊA, Carlos Humberto. *Militares e civis num governo sem rumo: o Governo Provisório revolucionário de Desterro 1893-1894*. Florianópolis. Editora da UFSC/Lunardelli, 1990. p. 147-148. (grifos nossos).

26 GOMES, Ibidem, p. 61.

27 Gomes, Idem.

28 BOITEUX, Lucas Alexandre. *Notas para a historia catharinense*. Florianópolis: Typ. a vapor da livraria moderna, 1912, p. 424.



Palácio do Governo do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 1º de outubro de 1894, 6º da República.

Hercílio Luz

José Arthur Boiteux

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Governo do Estado, ao 1º dia de outubro de 1894. - José Arthur Boiteux²⁹

A essa altura a proposta de modificação do nome da capital já não era novidade, como salienta Pereira: “A 13 de outubro de 1888, ‘A tribuna Popular’ veiculava a notícia de que o Deputado Eliseu Guilherme da Silva proporia à Assembléia Provincial fosse mudado para Ondina o nome da capital catarinense”³⁰ e ainda “No mesmo ano, o Deputado Francisco Medeiros apresentava à consideração da Assembléia um projeto de lei nesse sentido, dizendo, como justificativa, que ‘a palavra Desterro significava desterrado, presídio’”³¹. No entanto, “Este ato fazia parte ainda dos festejos da vitória republicana”³².

Como já foi dito anteriormente, a ideia de modificar o nome da capital já havia entrado em pauta, mas a escolha e a necessidade de vincular o nome de Floriano Peixoto ao da capital nos revelam a necessidade de reafirmação da elite local emergente para com o governo central.

Ainda nas palavras de Pereira:

Nada mais justo que os republicanos catarinenses, tanto os que, segundo vimos, combateram denodadamente em defesa do regime, como os que aqui sofreram vexames, foram insultados e perseguidos, - depois da vitória das forças legais, resolvessem homenagear Floriano Peixoto, ligando-lhe o nome da cidade em que os revoltosos instalaram a sede do Governo provisório da sua República Federal³³.

Longe de atribuímos valores, como os expressos no trecho acima, podemos utilizar este mesmo trecho para evidenciar o clima de revanche que permeou a criação desta lei, bem como a necessidade dos republicanos de se reafirmar. Esta lei não se caracteriza por completo no processo de “desmonarquização”, mas sim na exaltação de símbolos republicanos na constituição de uma nova ordem, ordem essa que seria inaugurada no Estado pelo governo de Hercílio Luz, que se pretendia legítimo.

Contudo, o melhor exemplo do processo de “desmonarquização” ocorrido durante o governo de Hercílio Luz foi a reforma empreendida nas dependências do Palácio Sede do

29 SANTA CATARINA. Lei n. 111, de 1º de outubro de 1894.

30 PEREIRA, Ibidem, p. 114.

31 PEREIRA, Idem.

32 PAULI, Ibidem, p. 205.

33 PEREIRA, Ibidem, p. 116.



Governo do Estado entre os anos de 1894 e 1898³⁴. Até então o Palácio do Governo, cujas plantas foram desenhadas pelo primeiro Governador da Ilha de Santa Catarina, o brigadeiro Silva Paes, e tendo início a obra em meados do século XVIII, ainda conservava a aparência simples de um casarão português, de linhas retas e duras³⁵.

Essa reforma, certamente inspirada no Palácio do Catete no Rio de Janeiro, chamou a atenção da imprensa pelo seu alto custo e pelo momento inoportuno de sua realização:

Quando vimos os representantes do nosso Estado no Congresso federal, sob o falso pretexto de indenisarem os prejuízos causados pela revolta, lançarem o projeto de um empréstimo de dois mil contos, que já começaram a pesar sobre as finanças estaduais, sem produzirem o fruto almejado, julgamos que grande parte desse empréstimo seria para melhorar-se as condições higiênicas desta cidade, ou para falar linguagem mais verdadeira, para dotar a capital com condições higiênicas, que lhe faltam no todo. A saúde da população deve estar em primeiro lugar. Qual não foi, porém, o nosso espanto, quando vimos que em vez de se tratar da principal necessidade, o governo julgou imprescindível deitar por terra para reconstruir de novo o Palácio, residência oficial do Governador do Estado³⁶.

Reforma esta, dispendiosa e também radical, que contou com a contratação de uma equipe de construtores estrangeiros, bem como uma série de materiais importados, modificou por completo a aparência do Palácio³⁷. O historiador Hermetes Reis de Araújo atenta para o fato de a reforma estar alinhada com os ideais desta elite emergente.

A reforma que modificou completamente as feições do velho casarão colonial português, construído no século XVIII na praça central, representou um monumento ao culto das concepções estéticas, culturais e políticas professado pela nova elite que assumiu o comando do aparelho de Estado com a instauração da ordem republicana em Santa Catarina³⁸.

Dessa forma, se faz necessário analisar as novas feições que o Palácio assumiu após esta suntuosa reforma. Além de ter passado a ostentar uma série de estátuas com claras alusões à República em seu parapeito, no frontispício, local onde anos atrás figurava as do

34 A ideia de que a reforma realizada no Palácio sede do Governo estava inserida neste processo de “desmonarquização” foi primeiramente apresentada na XIII Semana Acadêmica de História da Universidade Federal de Santa Catarina, sob o título “A reforma do Palácio sede do Governo do Estado de Santa Catarina de 1894-1898: um campo de disputa da memória nacional”.

35 GOMES, *Ibidem*, p. 27-28 / SOUZA, Sara Regina Silveira de. A Presença Portuguesa na Arquitetura da Ilha de Santa Catarina - século XVIII e XIX. 1981. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 189.

36 “A Capital”, *Jornal O Estado - Orgão Republicano Federalista*, capital, 28/0 4/1896, p. 1.

37 SOUZA, *Ibidem*, p 199-202.

38 ARAÚJO, Hermetes Reis de. A Invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social na Primeira República. 1989. Dissertação (Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, p. 89.



Armas do Império do Brasil, as Armas da República foram fixadas. Além disso, a obra como um todo serviu para o propósito propagandístico de seus idealizadores, pois a grandiosidade assumida pelo Palácio, em contraste com suas formas anteriores e simples, localizado no seio da cidade, não haveria como passar despercebida aos olhos da população.

Afinal de contas, pode-se afirmar que este foi o principal objetivo da mais suntuosa obra do governo de Hercílio Luz, o de inculcar na população da capital catarinense a ideia de progresso e avanço que supostamente seriam inerentes do novo regime, em contraste com o anterior. Assim, pelo fato de as novas feições que o Palácio assumiu estarem repletas de carga ideológica e propagandística de cunho republicano, acreditamos que a sede do governo serviu como palco de uma disputa sobre a memória nacional e um passo definitivo no processo de “desmonarquização”.

Considerações finais

Ao longo deste texto foi destacado que a paisagem pública da capital catarinense sofreu mudanças significativas com o advento da República. Este processo que se arrastou por quase uma década contou com uma variedade de meios para ser posto em prática, envolvendo não apenas a renomeação simbólica de espaços públicos, mas também a utilização da arquitetura enquanto uma ferramenta de propagação ideológica a serviço do novo regime emergente.

Além disso, cabe ressaltar mais uma vez que este processo de “desmonarquização” não foi uma exclusividade catarinense. Contudo, nesta capital este processo assumiu feições *sui generis*, pois a volatilidade no que tange a mudança de lideranças republicanas em curtos espaços de tempo, associadas à emergência dos conflitos inerentes da Revolução Federalista e a necessidade de suprimi-lo, permitiu que este processo se alongasse por anos, permeando diferentes administrações.

Assim, de forma sucinta nos foi permitido observar através deste estudo, as estratégias elaboradas e postas em prática por grupos da elite política catarinense no final do século XIX. Estratégias cujo objetivo era o de atribuir respeitabilidade ao espaço político recentemente alçado, ao passo que lhe conferia, na mesma medida, legitimidade. Para tanto, esta elite que surgiu no cenário político republicano catarinense se utilizou do aparelho estatal de forma desmedida para a construção de uma imagem de República vinculada ao progresso, conforme relegava a Monarquia o atraso e o esquecimento.



Referências

ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A Invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social na Primeira República*. 1989. Dissertação (Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

CORRÊA, Carlos Humberto. *Militares e civis num governo sem rumo: o Governo Provisório revolucionário de Desterro 1893-1894*. Florianópolis. Editora da UFSC/Lunardelli, 1990.

GOMES, M. *Do palácio rosado ao palácio Cruz e Souza. (Quando, como, por que)*. IOESC. Florianópolis. 1979.

MEIRINHO, Jali. *República e Oligarquias: subsídios para a história catarinense: 1889-1930*. Florianópolis: Insular, 1997.

NECKEL, Roselane. *A República em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

PEREIRA, Carlos da C. *A Revolução Federalista em Santa Catarina*. Florianópolis, Ed. do Governo do Estado de Santa Catarina, 1976.

PAULI, Evaldo. *Hercílio Luz, Governador Inconfundível*. Florianópolis, Ed. do Governo do Estado de Santa Catarina, 1975.

SOUZA, Sara Regina Silveira de. *A Presença Portuguesa na Arquitetura da Ilha de Santa Catarina - século XVIII e XIX*. 1981. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

SANTA CATARINA. Lei n. 111, de 1º de outubro de 1894.

STARLING, Heloísa Murgel e SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Fontes

BOITEUX, Lucas Alexandre. *Notas para a historia catharinense*. Florianópolis: Typ. A vapor da livraria moderna, 1912.

Jornal O Estado - Orgão Republicano Federalista, A Capital, 28 de abril de 1896.

Recebido em 26 de junho de 2017.

Aceito para publicação em 15 de janeiro de 2018.

